

## A Alemanha frente à crise da Zona do Euro: uma análise com base nas concepções de poder de Foucault

por Kelly Patrícia Ernst<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação da Alemanha na União Europeia, especialmente em meio à crise da Zona do Euro, a partir das relações de poder estabelecidas e exercidas neste cenário. Sua sustentação dá-se em torno das concepções de poder de Michel Foucault (1995), as quais fundamentam-se no sistema de diferenciações, tipos de objetivos, modalidades instrumentais, formas de institucionalização e graus de racionalização das relações de poder, a fim de compreender as relações de poder entre os Estados e o exercício do poder alemão frente à crise da Zona do Euro.

### Introdução

A crise financeira mundial desencadeada em 2008 resultou em economias nacionais fragilizadas, especialmente na Europa, onde se fez necessário o auxílio dos países mais poderosos aos que se encontravam em situação de falência. A Alemanha, por se tratar da potência regional, foi forçada a agir não só em prol dos países em situação de falência, mas também pensando no futuro do bloco europeu e em si própria. A postura alemã, devido às circunstâncias, tornou-se mais assertiva e determinante para a manutenção do status quo alemão, posição alcançada por meio de sua forte tradição industrial, maneira pela qual seu poder econômico traduziu-se em influência política, especialmente em meio à crise da Zona do Euro.

A crise da Zona do Euro, por sua vez, trouxe custos políticos elevados, especialmente na Alemanha. Por um lado, não salvar os países em crise poria em risco meio século de investi-

mento na construção da União Europeia, além de gerar um provável colapso do sistema bancário europeu. O rompimento da Zona do Euro, dessa forma, teria efeitos calamitosos e onerosos. Além disso, cada passo em falso da moeda comum aumenta o temor do colapso das dívidas soberanas, de maneira que se espera uma liderança mais firme da Alemanha, potência regional, na busca por um plano assertivo que combata de fato a crise.

Dessa forma, a Alemanha, representada pela chanceler Ângela Merkel, tornou-se o ator mais importante na Europa, exercendo seu poder sobre as demais nações no continente a fim de reverter a crise da Zona do Euro. Para compreender a atuação alemã, Michel Foucault conceitua o poder não apenas como algo negativo, mas como algo produtivo - as relações de poder acontecem entre parceiros, e exerce-se o poder como um modo de ação de uns sobre os outros.

### As Concepções de Poder em Foucault

O pensamento de Michel Foucault traz contribuições no que tange entender as relações de poder. Foucault rejeita a ideia de um saber que abranja todas as relações sociais, dedicando-se à investigação da genealogia do saber / poder. Isto é, Foucault dedica-se à “identificação das práticas que deram origem a representações dominantes da sociedade, bem como às formas de produção de um sujeito obediente, disciplinado e racional como o protótipo do indivíduo livre” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 195). De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 194), Foucault entende que “o poder precisa do conhecimento para operar, e o conhecimento é produzido no âmbito de redes de poder”.

Dessa forma, Foucault (1995) afirma que é preciso entender as dimensões de uma definição de poder, bastante amplas e ambíguas. De forma geral, costuma-se definir o poder como uma noção negativa, cujos efeitos são caracterizados pela dominação e repressão. No entanto, o poder deve ser considerado como uma rede produtiva, que faz com que o poder se mantenha e seja aceito, pois “[...] ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 45). Além disso, “o poder produz uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positiv-

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em 2014.

idade” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Por isso, o autor ainda afirma que:

É falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria na forma de violência, coerção, opressão [...], opõe uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Nesse sentido, Foucault (2014, p. 238-239) ainda afirma que:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber.

Para Foucault (2014), o poder não é unitário e global, mas diferente, heterogêneo e em constante transformação, é algo que se exerce, efetua e funciona, é uma prática social constituída historicamente. Por isso, para entender as relações de poder, tem-se como fundamento os modos de pensar o poder com base naquilo que o legitima, ou então, pensar o poder de acordo com o que é o Estado (FOUCAULT, 1995).

O Estado, conforme Foucault (1995), a partir do século XVI, desenvolveu-se como uma nova forma política de poder que, ao contrário do que a maioria afirma, é tanto individualizante quanto totalizadora, o que torna o Estado ainda mais forte. Segundo Foucault (2014, p. 13), há “formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis, inclusive à sua sustentação e atuação eficaz”. O autor ainda afirma que o aparelho do Estado é um órgão específico de um sistema de poderes; e embora o Estado não seja o órgão único e central de poder, seu papel nas relações de poder existentes nas sociedades não é minimizado.

De acordo com Foucault (1995), o termo poder define relações entre parceiros – indivíduos ou grupos, cujas ações se induzem e se respondem umas as outras. Por isso mesmo, o poder deve ser abordado através de uma análise das suas relações de poder, pois exercer o poder não é apenas uma

relação entre parceiros individuais ou coletivos, e sim, um modo de ação de uns sobre outros.

Para Foucault (2014, p. 17), “[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. [...] o poder não existe; existem práticas ou relações de poder”. Esse caráter relacional do poder, por sua vez, implica que “as próprias lutas contra seu exercício não possam ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 18). O poder se propaga por toda a sociedade e alcança todos os cidadãos, exercendo-se como uma variedade de relações de forças. Do mesmo modo, onde há poder, há resistência, e não existe propriamente um lugar da resistência, pois esta se distribui por toda a estrutura social.

Igualmente, o poder, conforme Foucault (2014, p. 18), “é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde”. Por isso, para Foucault (2014, p. 138):

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.

Nesse sentido, “o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política” (FOUCAULT, 2014, p. 273). O poder produz individualidade e o indivíduo é um produto do poder e do saber e, conforme Foucault (2014, p. 25), o poder não destrói o indivíduo, mas o fabrica, pois “o indivíduo não é o outro do poder, [...] é um de seus mais importantes efeitos”. O poder, mais ainda, não impede o saber, o produz. O saber, por sua vez, não é neutro e, sim, político, pois tem sua gênese em relações de poder. Toda relação de poder, portanto, constitui um campo do saber, da mesma forma que todo saber constitui novas relações de poder. “O saber funciona na sociedade dotado de poder. É como saber que tem poder” (FOUCAULT, 2014, p. 28). Nesse sentido:

O poder deve ser analisado como algo que cir-

cula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2014, p. 284-285).

O poder não é da ordem do consentimento, mas a relação de poder pode ser efeito de um consentimento. A relação de poder define-se como um modo de ação que age sobre sua própria ação. Ela não se constitui, em sua natureza, o uso da violência ou aquisição do consentimento. A relação de poder é, de fato, um conjunto de ações sobre ações possíveis, sobre o comportamento dos sujeitos ativos, além do quanto agem ou são suscetíveis a agir (FOUCAULT, 1995).

Além disso, o poder é, também, uma forma de conduzir condutas. O governo, nesse sentido, teria como função dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos. Portanto, governar seria, de acordo com Foucault (1995, p. 244), “estruturar o eventual campo de ação dos outros”. Nesse contexto, a liberdade constitui-se condição para existência do poder, pois o mesmo só se exerce sobre sujeitos livres, enquanto livres.

A fim de analisar as relações de poder, Foucault (1995) estabelece cinco pontos centrais. Inicialmente, o autor afirma que toda relação de poder opera um sistema de diferenciações, as quais são, ao mesmo tempo, condições e efeitos que permitem agir sobre a ação dos outros. Assim, diferenças jurídicas, econômicas (apropriação de riquezas e bens), diferenças nos processos de produção, habilidades e competências, diferenças linguísticas e culturais, estabelecem relações de poder díspares entre Estados-nação, influenciando ações e resultados daqueles que exercem o poder sobre os demais.

Em segundo lugar, Foucault (1995) também afirma que há um tipo de objetivo que é perseguido por quem age sobre a ação dos outros, através de acúmulo de lucros e manutenção de privilégios, bem como operacionalidade da autoridade estatutária e exercício de uma profissão. Os Estados visam a

conservação do status adquirido, dessa forma, suas ações serão direcionadas nesse sentido.

Já as modalidades instrumentais, terceiro ponto apontado por Foucault (1995), são utilizadas como forma de exercer o poder, seja por meio da ameaça da força, do efeito de palavras ou através da economia, por mecanismos de controle e vigilância ou regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis. Os Estados utilizam determinados mecanismos, os quais os possibilitam exercer seu poder sobre os demais Estados, por meio de instrumentos legislativos, órgãos governamentais, não governamentais e supranacionais, instituições financeiras, militares, entre outras. Esses métodos devem ser utilizados de forma não coercitiva, visto que a liberdade é fator fundamental para o exercício do poder.

O quarto ponto abordado por Foucault (1995) envolve as formas de institucionalização das relações de poder, as quais através de diferentes mecanismos (tradicional e jurídicos, com regulamentos próprios e estruturas hierárquicas ou sistemas complexos dotados de aparelhos múltiplos) atravessam a instituição familiar, escolares ou militares, além do Estado, o qual se encarrega de distribuir todas as relações de poder entre a sociedade. Nesse contexto, o Estado é o gestor das relações de poder entre os agentes, sejam estes públicos ou privados, individuais ou coletivos, nacionais ou internacionais.

Por fim, os graus de racionalização determinam o funcionamento das relações de poder sobre as ações possíveis, as quais podem ser mais ou menos complexas em função da eficácia dos instrumentos, da certeza do resultado ou do custo eventual. O exercício do poder não é, portanto, um fato bruto ou um dado institucional – o poder se adapta e se ajusta (FOUCAULT, 1995).

## **A liderança da Alemanha na Crise da Zona do Euro**

A crise financeira global de 2008, desencadeada no setor imobiliário norte-americano e posteriormente disseminada em todo o sistema internacional, expôs as fragilidades da Zona do Euro, em especial nos países da periferia europeia. Desse modo, a crise da Zona do Euro pode ser definida como:

Uma crise bancária pretendendo ser uma série de

crises de dívida nacional e complicada por ideias econômicas reacionárias, uma arquitetura financeira defeituosa e um ambiente político tóxico, especialmente na Alemanha, na França, na Itália e na Grécia (GALBRAITH, 2011, p. 1)

O financiamento dos países em situação de falência se fez necessário para a estabilidade da Zona do Euro, tendo sido instauradas medidas de austeridade fiscal pela cúpula da União Europeia, a fim de fortalecer a moeda e criar condições de crescimento econômico em longo prazo. Galbraith (2011) e Krugman (2011) afirmam que os países fortemente atingidos pela crise não têm condições de cumprir as exigências de austeridade impostas pela Cúpula da UE, liderada pela Alemanha, tendendo a aprofundar a recessão, elevar o desemprego e retardar a volta do crescimento econômico. No entanto, consentir que a moeda comum sucumba e os países colapsem não é uma alternativa viável, visto que o nível profundo de integração europeia não permite que qualquer um dos países tome alguma decisão unilateral sem que o efeito seja coletivo (FOGAÇA, 2010). Nesse sentido, a gestão da dívida dos países da Zona do Euro ficou à cargo da Cúpula da União Europeia e, em especial, da chanceler alemã, Ângela Merkel, principal mentora das políticas de austeridade, as quais amenizaram os impactos da crise na Alemanha, garantindo a confiança da população na competência de sua líder para que seu dinheiro não fosse perdido (NEHER, 2013). Essa confiança da população em sua líder tem origem na boa gestão do dinheiro alemão, e na segurança que as instituições do Estado oferecem ao conjunto da rede social. São, conforme Foucault (1995), os graus de racionalização instituídos na sociedade alemã que determinam o funcionamento das relações de poder, as quais giram em função da eficácia dos instrumentos, da certeza do resultado e do custo eventual. As medidas tomadas pelos principais líderes europeus, dessa forma, amenizaram a crise na Alemanha, porém, em contrapartida, agravou-se a conjuntura nos países mais atingidos, desacelerando a recuperação dos mesmos, tornando, de certa forma, a crise da Zona do Euro no maior desafio para o sucesso econômico da Alemanha (DAUDERSTÄDT, 2013). Ao mesmo tempo, a crise do Euro fortaleceu a Alemanha, em especial a chefe de Estado alemã. Desde outubro de 2011, a frase “se o Euro fracas-

sar, fracassa a Europa. E isso não pode acontecer”, dita por Merkel, virou lema de sua política para a Europa (DEUTSCHE WELLE, 2013b). Nesse sentido, a Alemanha foi elevada à posição de liderança durante a crise. De acordo com Janis Emmanouilidis, da European Policy Centre, o país não aspirava essa função, mas não teve escolha por se tratar da economia mais forte do bloco (DEUTSCHE WELLE, 2013a). A posição de líder regional auferida pela Alemanha, dessa forma, advém dos objetivos econômicos e políticos perseguidos pelo país ao longo dos anos, objetivos os quais, conforme Foucault (1995), determinam a ação de uns sobre os outros no sentido de conservar o status adquirido. Na condição de maior líder europeia, Merkel faz oposição a quase todas as propostas apresentadas para solucionar a crise do Euro. No entanto, ela tem argumentos plausíveis para dizer não. A proposta da União Bancária, por exemplo, defendida pela Comissão Europeia, França e países endividados da Zona do Euro, estabilizaria os bancos através de instrumentos de resgate de instituições financeiras e medidas de proteção de depósitos. Merkel é contra a utilização de dinheiro alemão para salvar bancos, mas a favor de que o Banco Central Europeu (BCE) ofereça supervisão às instituições financeiras com problemas (FAUST, 2012). A proposta do Resgate dos Bancos, por outro lado, refere-se ao Mecanismo Europeu de Estabilidade, um fundo permanente de resgate à bancos endividados, defendido por Itália, Espanha e Grécia. De acordo com Merkel, os 700 bilhões de Euros em recursos do fundo não devem ser repassados a bancos falidos, mas aos governos destes países, sob condições de reformas e medidas de austeridade (FAUST, 2012). Ao se contrapor a essas propostas, Merkel se utiliza das modalidades instrumentais propostas por Foucault (1995), pois exerce o poder alemão sobre os demais Estados por meio de diversos mecanismos, viáveis em função da posição da Alemanha no cenário europeu. Embora a crise tenha atingido com maior intensidade os países da periferia europeia, todas as nações do continente foram afetadas, em menor ou maior intensidade. Aos países com déficits orçamentários, coube o pedido de auxílio. Aos demais países, coube a responsabilidade de bus-

car uma solução, rápida e eficaz, na tentativa de evitar o colapso total não apenas de alguns países, mas sim de um continente e de um sistema pioneiro, até então, exitoso. Nesse cenário, a importância das instituições supranacionais europeias se fez presente, acompanhada da forte atuação da Alemanha. Conforme Foucault (1995), há uma institucionalização das relações de poder, distribuídas entre a sociedade pelo Estado, sejam agentes públicos ou privados, individuais ou coletivos, nacionais ou internacionais, e a Alemanha, nesse caso, é considerada a nação gestora das dívidas soberanas europeias, responsável por buscar soluções para a crise da Zona do Euro. Além disso, Ângela Merkel, primeira-ministra alemã, tornou-se, ao mesmo tempo, a principal representação de esperança aos países em situação de falência e sinônimo de austeridade fiscal. Foucault (1995) afirma que toda relação de poder opera um sistema de diferenciações, as quais são, ao mesmo tempo, condições e efeitos que permitem agir sobre a ação dos outros, estabelecendo relações de poder díspares entre Estados-nação, influenciando ações e resultados daqueles que exercem o poder sobre os demais. Dessa forma, a chanceler alemã, como representante da Alemanha, assegura a necessidade de controle de gastos públicos para que se possa restabelecer o equilíbrio orçamentário, favorecendo a volta do crescimento econômico. É com base nesse argumento que, apesar das reivindicações contra a postura firme de Merkel, os países em crise têm concordado com as exigências feitas para recebimento de auxílio financeiro. Merkel, por outro lado, tem o apoio do povo alemão nessa empreitada, mas só o tem devido à confiança da população na sua capacidade de boa gestão das finanças públicas. Dessa forma, a Alemanha firmou-se como liderança na Europa, almejando soluções para a crise da Zona do Euro.

### Considerações Finais

As consequências geradas pela crise da Zona do Euro acentuaram, de forma geral, a dependência que os países europeus tem uns dos outros e do sistema ao qual pertencem, visto que a saída de qualquer país do bloco acarretaria sérios prejuízos à todos. No atual momento, tem-se a percepção de que, por pior que seja a situação com

a presença dos países em situação de falência, a crise poderia ser muito pior sem os mesmos no bloco. A representatividade da saída de alguma nação do bloco europeu poderia ocasionar perda de valor e relevância da moeda comum no cenário mundial, gerando danos às economias europeias. Da mesma forma, o fim do Euro ou o colapso da União Europeia significariam à Alemanha a destruição do esforço de integração de mais de meio século, do qual o país foi e continua a ser incentivador. A União Europeia tornou-se, assim, o foro de maior atuação da Alemanha, onde a nação alemã pode exercer seu poder, adquirido por via econômica e traduzido em influência política. Poder que, a partir da crise da Zona do Euro, foi posto à prova, e do qual exigiu-se a real demonstração de sua eficácia frente às necessidades enfrentadas pelos países europeus em crise. Portanto, a continuidade do projeto da União Europeia e da força da moeda comum dependem da reação dos países do bloco, atingidos pela crise de forma direta ou não, e pela forma que as lideranças europeias, detentoras do poder regional, conduzirão a crise. O desafio consiste em encontrar soluções plausíveis que viabilizem a redução das dívidas soberanas e a volta do crescimento econômico e, assim, a manutenção de uma Europa forte e atuante no sistema internacional. De tal forma, conclui-se que, a Alemanha visa, ao mesmo tempo, a manutenção da União Europeia, projeto que o país incentiva desde os primeiros passos, e a estabilidade do próprio país. Assim, ao apoiar a União Europeia, a Alemanha torna-se ator atuante e relevante na Europa, conservando o poder adquirido após a reunificação, além de fortalecer-se internamente, por meio da representação de sua vontade a nível externo, tendo em sua líder, Ângela Merkel, uma chanceler firme que, mesmo questionada, consegue exercer seu poder, isto é, o poder da Alemanha. Com base nesses argumentos, a Alemanha dispõe dos instrumentos necessários para exercer seu poder na Europa, visando a manutenção da Zona do Euro frente à crise financeira iniciada em 2008, além de sua própria manutenção como hegemonia regional europeia.

### Bibliografia

DAUDERSTÄDT, Michael. A Alemanha e a

crise: vitórias pírricas. Nueva Sociedad, especial em português, set. 2013. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DEUTSCHE WELLE. Crise do euro fortaleceu Merkel. Carta Capital. Publicado em: 21 set. 2013a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-do-euro-fortaleceu-merkel-4011.html>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Merkel defende mudanças em tratados e fortalecimento da União Europeia. Publicado em: 18 dez 2013b. Disponível em: <<http://www.dw.de/merkel-defende-mudan%C3%A7as-em-tratados-e-fortalecimento-da-uni%C3%A3o-europeia/a-17305495>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

FAUST, André. O lado Merkel ganhou. Revista Exame. Publicado em 27 jun. 2012. p. 170-174.

FOGAÇA, Guilherme. A Europa em suas mãos. In: Líderes. Revista Exame. Publicado em 29 dez. 2010. p. 74-75.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GALBRAITH, James K. Crise na Europa: solução dos bancos é destruir os mais fracos. OperaMundi, publicado em: 20 nov. 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/17979/crise+na+europa+solucao+dos+bancos+e+destruir+os+fracos.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

KRUGMAN, Paul. Exchange rates and wages. In: The New York Times. Publicado em: 24 dez. 2011. Disponível em: <[http://krugman.blogs.nytimes.com/2011/12/24/exchange-rates-and-wages/?\\_r=0](http://krugman.blogs.nytimes.com/2011/12/24/exchange-rates-and-wages/?_r=0)>. Acesso em: 21 nov. 2013.

NEHER, Clarissa. Crise do euro contribui para

favoritismo de Merkel nas eleições na Alemanha. In: Portal Terra. Publicado em: 21 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/crise-do-euro-contribui-para-favoritismo-de-merkel-nas-eleicoes-na-alemanha,7d8f25467db31410VgnVC-M10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.